

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas,

Em conformidade com a legislação em vigor e o estatuto social da companhia, apresentamos a V. Sas., o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultados, Demonstrações dos resultados abrangentes, Demonstração das mutações do patrimônio líquido, Demonstração de Fluxos de Caixa e suas respectivas Notas Explicativas, relativos aos exercícios findos em 31/12/2022 e 2021, acompanhadas do relatório do auditor independente para apreciação da Assembleia Geral. Colocamo-nos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

A Diretoria.

Mamoneira Agropastoril S/A

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2022



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	4
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021	11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.

Praça Carlos Chagas, 49 - 4º andar
Santo Agostinho, Belo Horizonte (MG)
Brasil

T +55 31 3289-6000

Aos Administradores e acionistas da
Mamoneira Agropastoril S/A
Natalândia – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Mamoneira Agropastoril S/A (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas e práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mamoneira Agropastoril S/A em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas NBC TG 1.000 (R1).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Transações com partes relacionadas

Conforme divulgado na nota explicativa nº 6 às demonstrações contábeis, a Companhia mantém transações com partes relacionadas em montantes significativos e sob condições específicas descritas na referida nota explicativa. Caso tais operações tivessem sido efetuadas com terceiros, os valores de negociação poderiam ser diferentes. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Pequenas e Médias Empresas NBC TG 1.000 (R1) e pelos

controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 19 de abril de 2023

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC 2SP-034.766/O-0



Daniel Menezes Vieira
Contador CRC 1MG-078.081/O-1

BALANÇOS PATRIMONIAIS
31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
 (Em milhares de reais)

ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	298	706
Clientes	4	96	881
Tributos a recuperar	5	89	95
Créditos diversos	-	2	560
Partes relacionadas	6	4.255	-
Total do ativo circulante		4.740	2.242
Ativo não circulante			
Investimentos	8	4	4
Imobilizado	7	1.651	1.725
Total do ativo não circulante		1.655	1.729
Total do ativo		6.395	3.971

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Passivo circulante			
Fornecedores	-	23	10
Obrigações trabalhistas e tributárias	10	64	67
Total do passivo circulante		87	77
Patrimônio líquido	11		
Capital social	11.1	3.180	3.180
Reserva legal	11.2	636	486
Reserva de retenção de lucros	11.2	2.492	228
Total do patrimônio líquido		6.308	3.894
Total do passivo e patrimônio líquido		6.395	3.971

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
 (Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita operacional líquida	13	8.640	7.730
Custos	14	-	-
Lucro bruto		8.640	7.730
Receitas (despesas) operacionais			
Administrativas, comerciais e gerais	14	(1.064)	(1.315)
Outras receitas	15	136	147
Resultado de equivalência patrimonial	8	-	3
Total das receitas (despesas) operacionais		(928)	(1.165)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		7.712	6.565
Resultado financeiro	16	82	20
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		7.794	6.585
Imposto de renda e da contribuição social	17	(987)	(871)
Lucro líquido do exercício		6.807	5.714
Lucro líquido do exercício por ação		2,14	1,80

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
	-----	-----
Lucro líquido do exercício	6.807	5.714
 Outros resultados abrangentes	 -	 -
	-----	-----
Resultado abrangente do exercício	<u><u>6.807</u></u>	<u><u>5.714</u></u>

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
 (Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>Capital social</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Reserva de retenção de lucros</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2020		1.780	200	406	-	2.386
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	5.714	5.714
Constituição da reserva legal	11.2	-	286	-	(286)	-
Destinação para reserva de lucros	11.2	-	-	228	(228)	-
Aumento do capital social	11.1	1.400	-	-	-	1.400
Distribuição de dividendos	11.2	-	-	(406)	(5.200)	(5.606)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		3.180	486	228	-	3.894
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	6.807	6.807
Constituição da reserva legal	11.2	-	150	-	(150)	-
Destinação para reserva de lucros	11.2	-	-	2.264	(2.264)	-
Distribuição de dividendos	11.2	-	-	-	(4.393)	(4.393)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		<u>3.180</u>	<u>636</u>	<u>2.492</u>	<u>-</u>	<u>6.308</u>



DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
 (Em milhares de reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro antes dos impostos	7.794	6.585
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício pelas atividades operacionais		
Depreciações	119	113
Equivalência patrimonial	-	(3)
Baixas do ativo imobilizado	23	34
	7.936	6.729
Redução (aumento) nos ativos		
Clientes	785	(810)
Tributos a recuperar	6	15
Créditos diversos	558	(113)
	1.349	(908)
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	13	(9)
Impostos pagos (IR/CS)	(987)	(871)
Obrigações trabalhistas e tributárias	(3)	17
Adiantamento de clientes	-	(2.998)
	(977)	(3.861)
Caixa e equivalentes gerado pelas atividades operacionais	8.308	1.960
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições do ativo imobilizado	(68)	(233)
Caixa e equivalentes aplicado nas atividades de investimento	(68)	(233)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento do capital social	-	1.400
Dividendos distribuídos	(4.393)	(6.343)
Partes relacionadas	(4.255)	3.337
Caixa e equivalentes aplicado nas atividades de financiamento	(8.648)	(1.606)
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>(408)</u>	<u>121</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	706	585
No final do exercício	298	706
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>(408)</u>	<u>121</u>



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Mamoneira Agropastoril S/A (“Companhia”) foi constituída em 20 de agosto de 1984 na forma de sociedade limitada, sendo transformada em sociedade anônima em agosto de 2009, tendo como objeto social das atividades agrícolas ou pastoris, como: bovinocultura, suinocultura, apicultura, sericultura, piscicultura, cultura de solo, extração vegetal, inclusive o arrendamento, locação e administração de áreas rurais.

A Companhia tem sede no Município de Natalândia – MG, denominada Fazenda Mamoneira, s/n, zona rural.

A Mamoneira Agropastoril S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.006.219/0001-05, e Mogno das Alterosas Investimentos Florestais S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 30.271.287/0001-55, resolveram, de comum acordo, proceder à Cisão Parcial (“Cisão Parcial”) da Mamoneira com versão da totalidade do patrimônio cindido para a integralização de capital da MDA em 01 de junho de 2018.

Em 31 de julho de 2018, foi firmado o contrato de venda e compra de ações, correspondendo a 45% do total de ações ordinárias emitidas em circulação da Mamoneira Agropastoril S/A, celebrados entre a vendedora AGFA Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e a compradora GTR Brasil Participações Ltda. Com a entrada do novo acionista, foi estabelecido entre as partes, a finalização da operação de confinamento e recria de gado em 11 de dezembro de 2018, passando a Mamoneira Agropastoril S/A a ter como atividade principal o arrendamento de terras para silvicultura e pasto.

2. Políticas contábeis

2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis

2.1.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, bem como as normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) – PME, aplicáveis às pequenas e médias empresas NBC TG 1.000 (R1).



A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações contábeis em 19 de abril de 2023.

2.1.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo.

2.1.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real. Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais.

2.1.4. Uso de estimativas e julgamentos

Ao preparar as demonstrações contábeis, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes.

A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos e outras avaliações similares.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

2.2. Principais práticas contábeis

a) **Apuração do resultado**

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios.

b) **Caixa e equivalentes de caixa**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins. Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "Ativos financeiros são valor justo por meio do resultado". A abertura destas aplicações por tipo de classificação está apresentada na Nota Explicativa nº 3.

c) **Clientes**

As contas a receber correspondem aos valores a receber pelo arrendamento de terras para silvicultura e pasto e são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes de contrato de arrendamento de terras para silvicultura e pasto. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

Mensalmente, a Companhia realiza a análise de provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa e provisiona 100% de todos os valores vencidos há mais de 180 dias.

d) **Investimentos**

Investimentos em empresas não controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial, conforme seção 14 "Investimento em controlada e em coligada" Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (PME), para fins das demonstrações contábeis individuais da Companhia.

Com base no método da equivalência patrimonial, os investimentos em controlada e não controladas são contabilizados no balanço patrimonial ao custo na data da aquisição, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na não controlada.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações da não controlada com base no método da equivalência patrimonial. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da não controlada, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

A Companhia mantém participação na não controlada detalhada abaixo:

Participação em:

31/12/2022 e 2021

SCP Mamoneira One	1%
-------------------	----

A Sociedade em Conta de Participação Mamoneira One (não controlada), constituída em 27 de outubro de 2020 é sediada na cidade de Natalândia, Estado de Minas Gerais, na Fazenda Mamoneira, CEP 38658-000.

Considerando que: a Mamoneira Agropastoril S/A “Sócia Ostensiva” com participação na sociedade de 1%, é detentora do imóvel rural denominado Fazenda Mamoneira, Município de Natalândia - MG, registrado na Matrícula nº 3.795, do Cartório de Registro de Imóveis de Natalândia-MG, e possui as licenças necessárias ambientais para o plantio, corte e comercialização de madeiras nativas (incluindo plantação florestal e produção de carvão decorrente dessas florestas), referente a 24.500 m³ de carvão; DAE nº 5400409531307 referente a 19.045,6 m³ de madeira nativa; DAE nº 5400409523975 referente a 2.042 m³ de achas ou mourões nativos (“Licença Ambiental”); a Mogno das Alterosas Investimentos Florestais S/A com participação na sociedade de 1%, detém os ativos florestais denominados Khaya, cultivados na Fazenda Mamoneira de propriedade da Sócia Ostensiva, bem como é proprietária do material proveniente do desmanche de cercas, currais e outras benfeitorias existentes na Fazenda Mamoneira, bem como os postes produzidos na limpeza de área em 2019 (“Ativos da SCP”); e Entressafra Corretora e Consultoria Ltda. com participação na sociedade de 98%, detém a expertise na gestão e execução de limpeza de área rural e serragem de madeira e é proprietária de máquinas, tratores, caminhões e equipamentos para esse fim (“Entressafra Expertise”).

e) Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário.

As vidas úteis das principais classes de ativo imobilizado estão descritas abaixo:

2022 e 2021

Terrenos	-
Instalações	30 anos
Máquinas, aparelhos e equipamentos.	10 anos
Equipamentos de informática	05 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	04 anos
Máquinas agrícolas	10 anos
Pastagem	20 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

f) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros (teste de *impairment*)

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Com base nas informações atualmente disponíveis, a Administração desconhece a perda por deterioração de ativos ou mudanças nas circunstâncias de negócio, que justifiquem o reconhecimento de uma perda em função da não recuperação dos referidos ativos.

g) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

h) Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de impostos e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

No exercício de 2022 e 2021 a Companhia adotava o regime de apuração do lucro presumido, onde o imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder a R\$ 60 no trimestre, e são aplicadas sobre o percentual de presunção de 8% sobre a receita bruta de vendas. Para a apuração da contribuição social, a alíquota de 9% é aplicada sobre o percentual de presunção de 12% sobre a receita bruta de vendas. As receitas financeiras são acrescidas a base presumida, aplicando-se suas alíquotas de 15% e adicional de 10% (quando exceder R\$ 60 no trimestre), para imposto de renda e 9% para contribuição social.

i) Impostos sobre faturamento

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: Programa de Integração Social – PIS (0,65%), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS (3,00%), Imposto sobre serviços – ISS (5,00%) e Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS (18,00%).

j) Instrumentos financeiros e derivativos

i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

ii) Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

iii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos.

k) Reconhecimento de receita

A receita de arrendamento de terras para silvicultura e pasto é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável e todos os riscos e benefícios são transferidos para o arrendatário.

l) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas de acordo com a Seção 7 “Fluxo de Caixa do Pronunciamento Contábil” Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (PME).

m) Provisões

(i) Geral

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

(ii) Provisão para riscos

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, se aplicável, são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. As provisões são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia.

n) Decisão do STF sobre ‘coisa julgada’ em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (“STF” ou “Supremo”) concluiu o julgamento sobre a “coisa julgada” em tributos recolhidos de forma continuada, definindo que a decisão proferida em controle difuso cessa imediatamente os seus efeitos quando proferido novo julgamento, em sentido contrário, em ação direta de constitucionalidade ou em sede de repercussão geral pelo Supremo. Nesse mesmo julgamento, o STF rejeitou o pedido de modulação de efeitos da decisão, determinando o recolhimento dos valores passados, desde que respeitado o prazo de prescrição. A Companhia avaliou os impactos desta decisão e concluiu que não existe impacto relevante nas demonstrações contábeis e na destinação do resultado do período em decorrência de tal decisão.



2.3. Novos pronunciamentos para pequenas e médias empresas

O International Accounting Standards Board (IASB) está realizando uma Revisão Abrangente da IFRS para Pequenas e Médias Empresas (PME). Para reunir diferentes pontos de vista sobre esta revisão, o IASB publicou uma minuta para discussão: Terceira Edição da IFRS para PME, em setembro de 2022.

O IASB considerará todas as respostas recebidas até 7 de março de 2023. A norma internacional foi recepcionada no Brasil pelo CPC PME e pela NBC TG 1.000 (emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade).

A administração da Companhia não espera que a adoção dos assuntos objeto de discussão tenha um impacto relevante sobre as demonstrações contábeis da Companhia em períodos futuros.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	42	25
Aplicações financeiras	256	681
Total	298	706

As aplicações financeiras referem-se a aplicações efetuadas em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), mantidos em instituições financeiras de primeira linha, remunerados pela variação mínima de 100,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Esses certificados podem ser resgatados a qualquer momento pela Companhia, sem qualquer ônus.

4. Clientes

	31/12/2022	31/12/2021
Clientes a vencer	72	881
Vencidos até 90 dias	24	-
Total	96	881

5. Tributos a recuperar

	31/12/2022	31/12/2021
ICMS (*)	89	95
Total	89	95

(*) Crédito remanescente da atividade de criação de gado bovino. Após a alteração da atividade principal, as compensações são pontuais.

6. Partes relacionadas

	31/12/2022	31/12/2021
Mogno das Alterosas Investimentos Florestais S/A (a)	4.233	-
SCP Mamoneira ONE	22	-
Total	4.255	-

(a) Valor de R\$ 4.233 refere-se ao arrendamento de superfície para plantação de mogno africano no período de 01 de julho a 31 de dezembro de 2022, conforme contrato celebrado entre a Companhia e a empresa Mogno das Alterosas Investimentos Florestais S/A. Esse valor é fixado conforme acordado entre as partes, sem atualizações ou correções. O contrato foi renovado em 2023 para o período de 01 de janeiro a 30 de junho de 2023.



É uma parte relacionada pois os acionistas da Mamoneira Agropastoril S/A possuem participação na Mogno das Alterosas Investimentos Florestais S/A.

7. Imobilizado

	% – Taxa anual	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2022
Custo					
Edificações	4%	159	-	-	159
Terrenos	-	1.214	-	-	1.214
Veículos	20%	201	67	(42)	226
Direito de uso de software	25%	7	-	-	7
Máquinas agrícolas	10%	21	-	-	21
Equipamentos	10%	344	-	(10)	334
Móveis e utensílios	10%	2	1	-	3
Equipamentos de informática	20%	24	-	-	24
Instalação elétrica	10%	177	-	-	177
Pastagens	13%	358	-	-	358
Total		2.507	68	(52)	2.523
(-) Depreciação acumulada	-	(782)	(119)	29	(872)
Total		1.725	(51)	(23)	1.651

	% – Taxa anual	31/12/2020	Adições	Baixas	31/12/2021
Custo					
Edificações	4%	-	159	-	159
Terrenos	-	1.214	-	-	1.214
Veículos	20%	186	70	(55)	201
Direito de uso de software	25%	7	-	-	7
Máquinas agrícolas	10%	21	-	-	21
Equipamentos	10%	348	-	(4)	344
Móveis e utensílios	10%	2	-	-	2
Equipamentos de informática	20%	37	4	(17)	24
Instalação elétrica	10%	177	-	-	177
Pastagens	13%	358	-	-	358
Total		2.350	233	(76)	2.507
(-) Depreciação acumulada	-	(711)	(113)	42	(782)
Total		1.639	121	(34)	1.725

A Companhia não alterou a forma de utilização do seu imobilizado, como também não identificou desgaste e quebra relevante inesperada, progresso tecnológico e mudanças nos preços de mercado que identificassem que o valor residual ou vida útil dos ativos necessitassem de modificação.

8. Investimentos

a) A composição dos investimentos está demonstrada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
SCP Mamoneira One	4	4
Total	4	4

b) Informações das investidas:

Empresas	Participação		Lucro do exercício	Patrimônio líquido	Investimento	Resultado de equivalência patrimonial
	2022	2021	2022	2022	2022	2022
SCP Mamoneira ONE	1,00%	1,00%	53	405	4	-
Total					4	-

Empresas	Participação		Lucro do exercício	Patrimônio líquido	Investimento	Resultado de equivalência patrimonial
	2021	2020	2021	2021	2021	2021
SCP Mamoneira ONE	1,00%	1,00%	253	351	4	3
Total					4	3

c) Movimentação dos investimentos:

	SCP Mamoneira One	Total
Saldos em 31/12/2020	1	1
(+/-) Equivalência patrimonial	3	3
Saldos em 31/12/2021	4	4
(+/-) Equivalência patrimonial	-	-
Saldos em 31/12/2022	4	4

9. Provisão para riscos

A Companhia é parte envolvida em processos cíveis em andamento. Está discutindo essas questões tanto na esfera administrativas como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais.

As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos.

A Administração, com base em informações de seus assessores legais, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia não possui processos consideradas como risco provável com base na avaliação dos assessores jurídicos.

O valor das causas dos processos da área cível com possibilidade de perda possível, portanto não objeto de provisionamento em 31 de dezembro de 2022, monta em R\$ 332. A Companhia não possuía processos de perda possível em 2021.



10. Obrigações trabalhistas e tributárias

	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhistas		
Férias	28	19
INSS e FGTS a recolher	6	7
IRRF a recolher	1	-
Total	35	26
Tributárias		
IRPJ/ CSLL	25	36
Outras	4	5
Total	29	41
Total	64	67

11. Patrimônio líquido

11.1. Capital social

Em 01 de junho de 2018, ocorreu a cisão parcial do patrimônio líquido e o capital social da Companhia foi aumentado de R\$ 1.780, representado por 1.780.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas e integralizadas, para R\$ 3.180 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas e integralizadas.

Em 29 de Setembro de 2021, os acionistas aprovaram o aumento do capital social da Companhia em 1.400 ações, considerando necessário para execução das atividades da Companhia.

O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 3.180 em 2022 e 2021 representados por 3.180.000 ações ordinárias e sem valor nominal.

Descrição	%	Ações	Capital social
AGFA Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.	55,00	1.749.000	1.749
GTR Brasil Participações Ltda.	45,00	1.431.000	1.431
Total	100,00	3.180.000	3.180

11.2. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos obedecerá às destinações de seu estatuto social, o qual contém as seguintes destinações:

- 5% para reserva legal, limitado a 20% do capital social; e
- Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, em percentual a ser definido pela Assembleia Geral, respeitando as regras previstas na legislação vigente (mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal).

Foi autorizado pela AGE de 03 de outubro de 2022 a distribuição de dividendos intermediários conforme levantamento do balanço com posição em 31 de agosto de 2022, constituindo reservas conforme estatuto social.



	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	6.807	5.714
Reserva legal	(150)	(286)
Lucro base para dividendos	6.657	5.428
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% do lucro líquido ajustado	(1.664)	(1.357)
Dividendos distribuídos	(4.393)	(5.200)
Reserva de retenção de lucros	(2.264)	(228)

12. Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia

Não houve remuneração paga aos administradores e dirigentes da Companhia nos exercícios de 2022 e 2021.

13. Receita operacional líquida

As operações e saldos em aberto estão apresentados a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional bruta (a)	8.975	8.033
Impostos incidentes	(335)	(303)
Receita operacional líquida	8.640	7.730

(a) R\$ 7.928 da receita operacional bruta refere-se ao arrendamento de superfície para plantação de mogno africano conforme contrato celebrado entre a Companhia e a parte relacionada Mogno das Alterosas Investimentos Florestais S/A, sendo R\$ 4.233 do aditivo do contrato referente a 01 de julho a 31 de dezembro de 2022, saldo em aberto conforme demonstrado na nota explicativa nº 6.

14. Informações sobre natureza dos custos e das despesas reconhecidas na demonstração do resultado

	31/12/2022	31/12/2021
Incluído nas despesas administrativas, comerciais e gerais		
Despesas com pessoal	(345)	(303)
Água, luz e telefone	(36)	(21)
Manutenção de veículos	(41)	(25)
Depreciação	(119)	(113)
Serviços de terceiros	(217)	(326)
Despesas tributárias	(80)	(275)
ITR	(168)	(175)
Outras despesas	(58)	(77)
Total	(1.064)	(1.315)

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, desde 11 de dezembro de 2018 a Companhia tem como atividade principal o arrendamento de terras para silvicultura e pasto. Atualmente, a Companhia tem dois contratos vigentes, o arrendamento de superfície junto à Mogno das Alterosas, para plantio de mogno, e o arrendamento do pasto junto ao Leandro Pinto da Silva.

Conforme contrato celebrado entre as partes, todo custo sobre essas operações é assumido pelos arrendatários.



15. Outras receitas

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas diversas	32	50
Alienação do imobilizado	11	22
Recuperação de despesas	93	75
Total	136	147

16. Resultado financeiro

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas financeiras		
Juros	-	(2)
Despesas bancárias	(1)	(1)
Total	(1)	(3)
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	83	23
Total	83	23
Efeito líquido de resultado financeiro	82	20

17. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia é optante pelo lucro presumido e o imposto de renda e a contribuição social são registrados nas demonstrações contábeis com base na receita reconhecida:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita bruta	9.010	9.010	6.695	6.695
Percentual aplicado sobre a receita	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo 8%	-	-	-	-
Percentual aplicado sobre a receita	32%	32%	32%	32%
Base de cálculo 32%	2.883	2.883	2.142	2.142
(=) Base de cálculo	2.883	2.883	2.142	2.142
(+) Receitas financeiras	99	99	399	399
(=) Base de cálculo	2.982	2.982	2.541	2.541
Alíquotas utilizadas para o cálculo	15%	9%	15%	9%
(=) Despesa com imposto presumido	(443)	(269)	(380)	(237)
Adicional do imposto de renda				
Base de cálculo adicional do IR	2.742	-	2.541	-
Alíquotas utilizadas para o cálculo	10%	-	10%	-
Total adicional do IRPJ	(274)	-	(254)	-
Despesa com imposto presumido	(718)	(269)	(634)	(237)
Total	-	(987)	-	(871)

18. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia analisou sua exposição ao risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, os quais são tempestivamente monitorados pela Administração.

Estes riscos significativos de mercado que afetam a Companhia podem ser assim resumidos:

Riscos de mercado (incluindo juros e câmbio)

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré ou pós-fixadas.

A Companhia não possui instrumentos financeiros em moeda estrangeira, não estando, portanto, sujeita aos impactos oriundos das variações das taxas de câmbio.

Risco de crédito

As políticas de crédito da fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito).

No que tange as instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de primeira linha, consideradas de baixo risco.

Risco de liquidez

Representa o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

19. Eventos subsequentes

A Administração da Companhia avalia anualmente a ocorrência de eventos subsequentes à data das demonstrações contábeis.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia encerrou com um saldo a receber de R\$ 4.233 referente ao arrendamento de superfície para plantação de mogno africano no período de 01 de julho a 31 de dezembro de 2022, conforme contrato celebrado entre a Companhia e a parte relacionada Mogno das Alterosas Investimentos Florestais S/A. Esse valor é fixado conforme acordado entre as partes, sem atualizações ou correções e o contrato foi renovado em 2023 para o período de 01 de janeiro a 30 de junho de 2023.

* * *

Diretor

Henrique Americano Carvalho de Freitas

Diretor

Salomão Teixeira de Souza Filho

Contadora

Grazielle Caetano de Moraes
CRC:MG – 097261/O-2